Ata n.º 3

Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa 2018/2019

Ao décimo sexto dia do mês de abril de dois mil e dezoito reuniu, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, na Sala Ribeiro Santos, o Conselho Fiscal da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.

Estiveram presentes o Presidente, Filipe Gomes; a Vice-Presidente, Constança Maria Rodrigues; a Secretária, Mariana Brazão; o Primeiro vogal, Guilherme Ludovice; o Segundo vogal, Duarte Teixeira; e a Primeira suplente, Carolina Nagy.

A reunião, extraordinariamente convocada pelo Presidente, conhecia da seguinte ordem de trabalhos:

1) Período Antes da Ordem do Dia;
2) Continuação da avaliação do Orçamento da Direção da AAFDL para 2018/2019;
3) Elaboração do Parecer do Conselho Fiscal;
4) Outros assuntos.

O Presidente, Filipe Gomes, deu abertura à reunião.

1) PAOD

O Presidente, Filipe Gomes, começou por salientar que aquela se tratava de uma das reuniões mais importantes do ano porque o Conselho Fiscal iria tomar posição quanto ao Orçamento da Direção para o mandato de 2018/2019. Na reunião anterior tinham sido levantadas algumas questões. Procurando esclarecer essas dúvidas, tentou falar com o Presidente da Direção. Uma vez que algumas ficaram por explicar, o Presidente informou que tinha convidado o Tesoureiro da Direção a comparecer na reunião do Conselho Fiscal, para que fique em ata todos os esclarecimentos prestados ao Conselho Fiscal.

Colocando a hipótese de o Tesoureiro não comparecer à reunião, admitiu que se teria de tomar posição com as informações de que se dispunha.

2) Continuação da avaliação do Orçamento da Direção da AAFDL para 2018/2019

Na anterior reunião já se tinha analisado quase todo o Orçamento. O órgão iria finalizar, então, a avaliação.

Quanto aos Rendimentos do D12 – Apoio ao Primeiro Ano, o Orçamento previa prejuízos. Estavam orçamentados gastos no valor de 1 000€ e previsto um rendimento de 750€. No ano anterior orçamentava-se o mesmo. O Presidente, Filipe Gomes, questionou em que seriam gastos os 1 000€. O Segundo vogal, Duarte Teixeira, notou que este departamento não precisava de espaço, nem de prémios. Acrescentou que havia que ter sempre em mente que o objetivo era ter lucro. A Vice-Presidente, Constança Maria Rodrigues, disse que a explicação poderia residir no custo da publicidade. A Secretária, Mariana Brazão, respondeu dizendo que tal deveria estar já incluído na secção que compete à publicidade. Duarte Teixeira colocou a hipótese de o montante do custo se dever à existência de tapete vermelho e champanhe na Gala do Caloiro.

O Presidente, Filipe Gomes, levantou a questão de, em relação ao Bar Solidário, se prever um prejuízo de 400€. A ideia seria criar um bar que esteja presente nas festas, cujos lucros reverteriam para a Ação Social. No entanto, para isso, entregava-se logo 400€ ao departamento de Ação Social. O Primeiro vogal, Guilherme Ludovice, disse que era inaceitável, se fosse efetivamente uma atividade apenas para mostrar dinamismo mas não bons resultados. O Segundo vogal, Duarte Teixeira, notou que no ano anterior o rendimento orçamentado era de 400 €, no entanto só foi efetivado um rendimento de 129€. A Vice-Presidente, Constança Maria Rodrigues, disse que, assim sendo, não fazia sentido esta iniciativa porque já havia a prova falhada do ano anterior. Seria repetir o erro.

O Presidente, Filipe Gomes, notou que estava orçamentado gastar 50€ no Bengaleiro, estando previsto um lucro no valor de 100€. No ano anterior o lucro tinha sido de 130€. Assim sendo, o Presidente questionou como se queria continuar a investir e, simultaneamente, orçamentar menos receitas. Relembrou ainda que cada vez que um custo era orçamentado para cima do seu valor real, fugia às mãos do Conselho Fiscal,

uma vez que é competência do órgão dar parecer vinculativo a gastos fora do orçamento em valor superior a 1 000€.

A nível do Recreativo, ficou orçamentado um rendimento de 76.500€. No ano anterior as receitas efetivas tinham sido de 55.000€. O Presidente, Filipe Gomes, notou que se encontravam sempre orçamentados rendimentos superiores aos do ano anterior que, mesmo tendo sido um ano bom, não tinha atingido aqueles valores. Em sua opinião, não se tratava de uma boa política orçamental.

O Segundo vogal, Duarte Teixeira, referiu que no ano anterior, quanto ao rendimento da Festa da Cerveja do 1.º semestre, haviam sido orçamentado um valor de 18 000€ tendo-se verificado uma receita efetiva de 16 000€. No Orçamento do atual ano, estava a orçamentar-se 20 000€ de rendimento, com o mesmo investimento. O Presidente disse que tal valor não era admissível.

Quanto à Festa Brasileira, estava previsto um valor de 10 000€ de receita com 9 000€ de investimento, valores que se mantinham em relação ao Orçamento do ano transato.

Quanto ao Enterro do Caloiro, estava previsto um custo de 4 000€ e um rendimento do mesmo valor, o que se mantinha desde o Orçamento anterior. No entanto, no ano transato, o custo efetivo foi de 2 303€, o que o Presidente, Filipe Gomes, considerou ótimo, já que se encontrava abaixo do orçamentado. No entanto, o rendimento foi de 370€, valor que não se aproximava nem perto de 4 000€. Isto perfez um prejuízo de 1 9333€. O Presidente concluiu que depois daquela constatação, manter a previsão de receita de 4 000€, seria irreal. A Vice-Presidente, Constança Maria Rodrigues, disse que se havia de atentar à ratio daquela festa, que estava intimamente ligada à cultura da Faculdade. O Segundo vogal, Duarte Teixeira, referiu que a sua política era que as festas não podiam de modo algum dar prejuízo. Para isso, as festas grandes tinham que dar lucro para que depois pudessem sustentar as mais pequenas, nomeadamente o Enterro do Caloiro.

Quanto à Festa do Halloween, orçamentava-se uma receita de 5 000€ e um custo de 4 000€. O Primeiro vogal, Guilherme Ludovice, partilhou o seu receio em relação a esta festa, já que se tratava de um conceito novo. A Primeira suplente, Carolina Nagy, respondeu dizendo que, mesmo por ser novo, não se podia saber ao certo como iria correr. O Presidente, Filipe Gomes, disse que, sendo uma ideia inovadora, era um risco. No entanto, podia ser uma forma de revitalizar e renovar as festas da faculdade. Acrescentou

que os valores apresentados não pareciam irreais já que eram semelhantes a uma festa nos mesmos moldes, a festa do Porco no Espeto. Terminou dizendo que o órgão devia estar ciente de que a Direção havia sido eleita com aquelas medidas no programa e, portanto, estas deviam ser concretizadas.

Em relação à festa Novo Conceito estava orçamentado um custo de 9 000€ e uma receita de 10 000€, valores que se mantiveram em relação ao Orçamento anterior. O Presidente, Filipe Gomes, informou que, apesar de ainda não estar no balancete, tinha conseguido apurar os seguintes dados: 6 500€ de custo efetivo e 1 000€ de receita concretizada, o que perfazia um total de 5 000€ de prejuízo. Questionou-se, assim, como é que no Orçamento atual se indicava novamente um valor de receita na ordem dos 10 000€ de receita.

O Primeiro vogal, Guilherme Ludovice, perguntou o que seriam as Outras Festas Recreativas. O Presidente respondeu que no Relatório de Atividades não se encontrava discriminada mais nenhuma festa.

Guilherme Ludovice notou ainda que, em relação ao Sunset, estavam previstos gastos de 1 000€ mas não havia nenhuma indicação em relação ao rendimento. No ano anterior tal também não tinha sido incluído no Orçamento.

Tendo terminado a análise de todos os pontos do Orçamento, os seus membros procederam a algumas apreciações genéricas, relembrando que ainda não tinham visto todas as suas questões esclarecidas por parte da Direção.

A Vice-Presidente, Constança Maria Rodrigues, disse que, tendo sido muito crítica em relação ao anterior orçamento, não tinha condições para apoiar aquele orçamento, que cometia os mesmos erros que o anterior. No entanto, estava disposta a ouvir as explicações da Direção.

O Presidente, Filipe Gomes, disse que, sem esclarecimentos da Direção, e através da sua apreciação do Orçamento, parecia não haver muitas razões para dar parecer favorável sobre o mesmo.

Entretanto, conseguiu chegar-se à fala com o Tesoureiro, Filipe Rosa, via chamada telefónica, que se recusou a deixar em ata as suas intervenções. No entanto, concordou em dirigir-se à Faculdade e a estar presente na reunião do Conselho Fiscal, a fim de esclarecer as dúvidas do órgão.

A reunião foi suspensa até que o Tesoureiro estivesse presente.

Retomou-se, então, a reunião aquando da chegada do Presidente da Direção da AAFDL, Francisco Sant'Ana, e do seu Tesoureiro, Filipe Rosa.

O Presidente, Filipe Gomes, dirigiu uma série de questões ao Tesoureiro acerca do Orçamento, que este se dedicou a esclarecer.

Quanto ao departamento do Desporto (D10), o Tesoureiro, Filipe Rosa, esclareceu que o aumento no custo se coadunava com a realidade dos gastos. A redução no mandato anterior não tinha tido razão aparente. Quanto ao aumento nos estágios, referiu que se devia ao facto de mais equipas serem convidadas. Para além disso, o departamento tinha um projeto para realizar um torneio entre equipas provenientes de várias faculdades do país, o que implicaria custos, por exemplo, no pagamento de reservas do campos e na equipa de arbitragem. O Presidente, Filipe Gomes, perguntou se também estavam incluídos os prémios. O Tesoureiro respondeu que sim.

O Presidente perguntou porque aparecia no balancete do mandato anterior um gasto de cerca de 1 800€ com Quotas/Inscrições ADESL, em contraste com o custo que consta no Orçamento atual de 4 500€. O Tesoureiro explicou que não se tinha pago as inscrições logo no início e, portanto, tinha acabado por ser necessário fazer um pagamento para regularizar a situação de dívida. Acrescentou que as inscrições eram mais caras porque se tratava de mais equipas e mais treinadores, o que implica também mais cautela quanto aos exames médicos.

No relatório de contas de 2016 aparecia o valor gasto de 1 300€, o que foi mantido no plano de orçamento do ano seguinte, mas os 7 500€ que eram naquele orçamento previstos eram referentes aos atrasos de pagamentos dos dois últimos mandatos, ou seja, o aumento da previsão orçamental devia-se a gastos efetivos com dívidas transitadas de outros exercícios e com o aumento de número de treinadores/equipas.

Quanto ao departamento de Erasmus (D11), o Presidente, Filipe Gomes, perguntou se o aumento na previsão dos rendimentos daquele departamento se devia a ganhos decorrentes do curso de português. O Tesoureiro, Filipe Rosa, respondeu que se reportava a uma maior divulgação e incrementação. Os cursos, ainda que pagos, teriam um preço simbólico. Filipe Gomes perguntou ainda se o Guia de Erasmus seria feito nos mesmos moldes que tinha sido já anteriormente idealizado. Filipe Rosa respondeu que sim.

Quanto ao departamento de Apoio ao Primeiro Ano (D12), em relação ao Jantar do Caloiro, o Presidente da Direção, Francisco Sant'Ana, esclareceu que os custos eram para dinamizar o jantar com decorações, jogos, concursos e prémios. A AAFDL não pagaria nada mas também não receberia lucro daquele jantar. A entrada na festa e o jantar são cobrados pela pulseira, sendo que o valor auferido seria entregue ao estabelecimento em que o jantar seria realizado, o "Bar Velho".

Em relação ao Fim-de-Semana do Caloiro, o Presidente, Filipe Gomes, questionou se havia alguma ajuda dada pela AAFDL. O Presidente da Direção advertiu que se devia ter em conta os eventuais custos de estragos e os depósitos impostos pelos hotéis.

Quanto à Gala do Caloiro, Filipe Gomes questionou em que se revelava o custo orçamentado. Francisco Sant'Ana respondeu que a AAFDL pagava as garrafas de champanhe, a comida, a decoração e a produção dos vídeos. Quanto aos custos da Gala de Natal acrescentou que estes era devidos ao sistema de som, já que os microfones e afins não eram os mesmos do Auditório.

Quanto ao departamento de Ação Social (D2), o Tesoureiro referiu que o custo previsto para o bengaleiro deve-se à necessidade de conservar e aumentar o material.

Quanto ao departamento do Recreativo (D7), o Tesoureiro esclareceu que, de um modo geral, os custos estavam em conformidade com o Orçamento anterior. No entanto, quanto à Festa da Cerveja haveria certos acordos de investimento através dos quais se procuraria trazer artistas diferentes. Acrescentou ainda que na Gala de Natal se pretendia mudar a logística, procurando acautelar mais os custos. Quanto à festa do Novo Conceito, esclareceu que a Pimbalhada já estava paga e que aquela festa mistério não iria comportar os mesmos preços de entrada (3 euros por pessoa), uma vez que trouxe bastante prejuízo. O Presidente, Filipe Gomes, perguntou de onde provinha o rendimento na Gala do Caloiro. Foi respondido que as pulseiras são pagas. No entanto, realçou-se que a Gala do Caloiro era uma atividade para os caloiros e não para ganhar dinheiro.

Quanto à venda de mercadorias, o Tesoureiro, Filipe Rosa, referiu que pretendia aumentar os lucros, olhando não só para a quantidade, mas também para a qualidade e *merchandising*.

Passou-se à análise dos Rendimentos Gerais.

O Tesoureiro, Filipe Rosa, advertiu para o facto de não conseguir explicar minuciosamente as prestações de serviço, pelo que iria procurar mais informações de forma a esclarecer o Conselho Fiscal.

Quanto à Subcomparticipação, o Tesoureiro referiu que pretendia realizar um protocolo com a Caixa Geral de Depósitos que não houve no mandato passado.

Os representantes da Direção da AAFDL referiram ainda que os valores relativos às comparticipações dos matraquilhos e dos cafés eram baseados na vontade de renegociar contratos existentes, bem como a contratação de novos.

Terminada a análise ao Orçamento, começou a escrever-se o Parecer do Conselho Fiscal relativo ao Orçamento da Direção da AAFDL para 2018/2019, cuja versão final chegou a todos os membros do órgão por via eletrónica, tendo sido aprovada unanimemente.

O Presidente do Conselho Fiscal, Filipe Gomes, deu por encerrada a reunião por volta das treze horas.

Assinaturas dos membros do Conselho Fiscal,